

# O SETOR SUCROALCOOLEIRO E A ESCOLARIDADE DO CORTADOR DE CANA

**Simone da Costa Silva**

Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas; bolsista de Iniciação Científica com a pesquisa intitulada Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana, financiado pela UFAL; integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL e do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: mo.nec.ri@hotmail.com

**Co-autor: Antonio César de Holanda Santos**

Mestre em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL; professor do Eixo de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão, na sede em Delmiro Gouveia-AL; integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL e credenciado pelo CNPq; e integrante do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [cesarholanda@gmail.com](mailto:cesarholanda@gmail.com).

**Co-autora: Fernanda Valéria do Nascimento Borba**

Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas; bolsista de Iniciação Científica com a pesquisa intitulada Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana; integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. E-mail: fernanda\_lela@hotmail.com.

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre a escolaridade dos cortadores de cana em Alagoas e o processo de reestruturação produtiva que caracteriza a indústria sucroalcooleira na atualidade. Os impactos da inovação tecnológica no processo de trabalho, segundo constatação de pesquisas, incidem diretamente sobre os trabalhadores, pois o processo de reestruturação produtiva tem renovado alguns setores (as caldeiras, a preparação de cana, do processamento e da destilaria) exigindo, assim, uma maior escolaridade. Diante disso, pergunta-se: Qual será o destino de milhões de trabalhadores cujo perfil indica um nível de escolarização muito baixo ou insuficiente que não lhes permitem migrar para outras atividades, inclusive, no próprio setor canavieiro? Com o intuito de compreender o processo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro no Brasil e em Alagoas, a investigação partiu de um levantamento de fontes estatísticas que tratam do trabalhador rural cortador de cana na atual conjuntura econômica tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e SINDAÇUCAR. Ao mesmo tempo, foi feito um levantamento bibliográfico das pesquisas sobre a escolaridade do trabalhador do corte da cana e do debate teórico sobre a reestruturação produtiva no Brasil. Por fim, analisou-se a relação entre o processo de reestruturação produtiva da indústria sucroalcooleira e a escolaridade dos trabalhadores rurais cortadores de cana, buscando verificar de que maneira a educação destes trabalhadores se materializa na realidade alagoana hodierna. Ao final da pesquisa concluiu-se que apesar da introdução da maquinaria livrar os cortadores da cana das condições degradantes de trabalho, isto tem como resultado o desemprego e, diante da baixa ou ausência de escolaridade do cortador de cana, não será possível sua migração para outras funções neste setor.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Reestruturação Produtiva. Cortador de cana.

## Introdução

O objeto de estudo do presente artigo é a relação entre o processo de reestruturação e a escolarização dos trabalhadores da cana no contexto da realidade alagoana cuja problemática a ser resolvida é a seguinte: A força de trabalho que constitui a base de crescimento da indústria sucroalcooleira em particular, os cortadores de cana, foi beneficiada pelo crescimento e modernização das usinas? Melhor dizendo, as condições de vida, trabalho e educação dos trabalhadores rurais cortadores de cana também evoluíram com o processo de modernização das agroindústrias? Qual a relação entre o processo de reestruturação do setor sucroalcooleiro e a escolaridade do trabalhador cortador de cana?

A tentativa de encontrar respostas para estas questões motivou a realização deste artigo, além de representar a continuidade de estudos que vem sendo feitos por ocasião de nossa participação no grupo de pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas que, a partir de uma equipe multidisciplinar constituída também por pesquisadores de outras IES do Estado de Alagoas, e de diversos alunos da graduação e da pós-graduação da UFAL, tem como objeto de estudo o universo canavieiro.

O presente estudo, embora tenha uma característica interinstitucional, encontra-se vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFAL, na linha de pesquisa História e Política da Educação, no qual o grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana se insere. No âmbito do referido grupo de pesquisa já foram concluídas duas pesquisas sobre a temática, sendo uma em nível de Mestrado<sup>1</sup>, e outra em nível de Graduação, além de se encontrar em fase de desenvolvimento duas pesquisas que investigam a problemática da educação dos trabalhadores rurais cortadores de cana.<sup>2</sup>

O presente artigo encontra-se organizado em três partes: na primeira, discutimos a gênese e o desenvolvimento da agroindústria canavieira; na segunda parte, a produção da

---

<sup>1</sup> Trata-se da dissertação intitulada “Expropriação do trabalho e a escolarização do cortador de cana migrante do semi-árido alagoano”, de Antonio César de Holanda Santos, e do TCC intitulado “A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana: algumas considerações”, da autoria de Maria Fernanda da Silva e Jane Marinho da Silva, ambos sob orientação da professora Edna Bertoldo.

<sup>2</sup> Trata-se da pesquisa financiada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFAL/FAPEAL, intitulada Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana, sob orientação da professora Edna Bertoldo.

riqueza gerada pela cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas e na terceira, as exigências de elevação da escolaridade do cortador de cana.

## **1 Gênese e desenvolvimento da agroindústria canavieira**

A agroindústria canavieira apresenta os maiores graus de desenvolvimento tecnológico de sua história: no país, São Paulo é o principal produtor, detendo 60% da produção, movimentando uma riqueza orçada em torno de 40 bilhões no ano de 2008. E isto se dá à custa da ampliação e aprofundamento do uso das formas mais aviltantes de gestão da força de trabalho, ao ponto de seu grau de degradação ser maior do que aquele tradicionalmente vigente no capitalismo brasileiro.

O incontestável processo de modernização e consolidação econômica do setor canavieiro brasileiro contemporâneo, contudo, não vem sendo acompanhado do desenvolvimento educacional daqueles que, mediante brutal dispêndio de energia física, realizam 3.792 golpes com o facão e 3.994 flexões de coluna para colher diariamente 11,5 toneladas<sup>3</sup> de cana: os cortadores de cana.

Pesquisas apontam que a introdução da mecanização no corte de cana-de-açúcar representa a eliminação dos cortadores de cana. Em países como Cuba e Austrália, a mecanização já atinge quase 100%; no Brasil, existe uma legislação em São Paulo estabelecendo que até 2017 o corte manual da cana deverá ser substituído pelas máquinas, sendo que cada uma tem a capacidade de substituir em torno de 60 a 120 trabalhadores do corte (MANIGLIA, apud FERNANDES; ANGELI, 2006, p. 136).

Se por um lado a eliminação da tão degradante e super explorada força de trabalho tem sua positividade, por outro, as consequências que resultarão desse processo nos leva a perguntar: Qual será o destino desses milhões de trabalhadores cujo perfil indica um nível de escolarização muito baixo ou insuficiente que não lhes permitem migrar para outras atividades, inclusive, no próprio setor canavieiro? A escolaridade do cortador de cana tem alguma importância no processo de modernização do setor canavieiro? É dispensável aos trabalhadores cortadores de cana a apropriação dos conhecimentos?

---

<sup>3</sup> Dados publicados pela Folha de São Paulo, na matéria “O submundo da cana”, no dia 24 de agosto de 2008.

Recentemente, o levantamento de dados feito numa usina na região de Rio Largo, em Alagoas,<sup>4</sup> evidenciou que num universo de 67 trabalhadores do corte da cana, 28,8% são analfabetos; 69,7% possuem o ensino fundamental incompleto e 1,5% o ensino médio incompleto. Verificou-se ainda que, mesmo considerando que a maioria possui o ensino fundamental incompleto (69,7%), vários desses trabalhadores não sabem ler. Ao serem convidados para contribuir nas entrevistas e pensando que eles responderiam às questões por escrito, não aceitaram colaborar e justificaram dizendo que não sabiam ler.

A particularidade desta realidade pode ser o indicador de que o processo de modernização da cana-de-açúcar no país se deu sem levar em conta a escolarização ou elevação da escolarização dos trabalhadores da cana. Isto significa dizer que o desenvolvimento da riqueza gerada neste setor não vem sendo acompanhada do desenvolvimento das potencialidades, habilidades e qualidades dos indivíduos, necessários ao ser humano.

O aprofundamento da relação entre o processo de modernização da indústria sucroalcooleira e a escolaridade dos trabalhadores cortadores de cana no contexto alagoano exige que busquemos na historicidade brasileira e alagoana o processo de gênese e desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar.

Foi a partir do século XVI que o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil passou a integrar a política portuguesa de ocupação de terras e dominação do território recém descoberto. O Estado de Alagoas favorecia este processo por possuir solos férteis e vários rios ao longo do território que tinham suas várzeas ocupadas pela plantação da cana. Nas seis primeiras décadas do século XVI já havia mais de cinco engenhos no território alagoano que moíam a cana *crioula* em processos movidos tanto à água, como à tração animal.

O senhor de engenho beneficiava-se da cana plantada tanto nos seus partidos, como no partido dos lavradores que cultivavam em partes da propriedade do senhor ou em suas próprias terras. Ao senhor de engenho era destinado dois terços da primeira produção e a metade da última. A força de trabalho, escrava, inicialmente era constituída por indígenas e negros de Guiné, sendo posteriormente substituída pelo trabalho exclusivamente dos negros, dada a dizimação dos indígenas em guerras ou sua emigração para o sertão.

---

<sup>4</sup>Trata-se de uma pesquisa resultante de TCC intitulada “A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana: algumas considerações”, da autoria de Maria Fernanda da Silva e Jane Marinho da Silva, sob orientação da professora Edna Bertoldo.

Algumas inovações na produção açucareira já começaram a acontecer no século XIX, como o uso do arado, a utilização do bagaço da cana como combustível, a substituição nas moendas de tambores verticais por horizontais, a introdução de novas variedades de cana e de máquinas a vapor (isso nos engenhos mais importantes). Também foram construídas nas últimas décadas do mesmo século, estradas de ferro que davam acesso ao interior, substituindo o transporte de açúcar em navios, o que barateava fretes e diminuía distâncias.

Com a aproximação da abolição da escravatura, em 1871,<sup>5</sup> a dependência da força de trabalho escrava tornou-se um grande problema enfrentado pelos senhores de engenho, que passaram a buscar novas possibilidades, empregando lavradores de cana e moradores do engenho nesse serviço considerado pela população livre pouco honroso devido às condições degradantes de trabalho as quais eram expostos os que nela se empregavam. Estes moradores trabalhavam certo número de dias sem remuneração – o cambão; ou com parca remuneração – a condução. O acesso a terra e a autorização para cultivá-la, nos dois casos, serviam como parte de seu pagamento.

Ao final do século XIX, a agroindústria açucareira, representada pelo sistema do bangüê,<sup>6</sup> passava por momentos difíceis. O açúcar produzido nos engenhos passava agora a ser considerado de má qualidade e perdia mercado, tendo em vista que o produto comercializado nas Antilhas sob o financiamento dos holandeses era fabricado por processos mais modernos e geradores de maior lucratividade.

O governo do Império, preocupado com a crise, passou a idealizar a instalação de engenhos centrais, proposta essa que teve poucas adesões (LIMA, 2001). Porém, por iniciativa da própria agroindústria canavieira e com subsídios do Estado, as usinas surgem e se consolidam no cenário produtivo, sendo a primeira criada em Alagoas no ano de 1892, dando início a um período de modernização que, ao longo do tempo, fez com que as usinas produzissem não apenas açúcar, mas também álcool anidro (que era misturado ao combustível) e, posteriormente, hidratado (um novo tipo de combustível), fazendo crescer a área de cana plantada, o número de indústrias sucroalcooleiras e, por conseguinte, a produtividade e a lucratividade do setor como um todo.

---

<sup>5</sup>Em 1850 se deu a extinção do tráfico negreiro. Vinte anos mais tarde, foi declarada a Lei do Ventre-Livre (de 28 de setembro de 1871). Esta lei tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir de sua promulgação. Em 1885, foi aprovada a lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários, que beneficiava os negros de mais de 65 anos. Foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que a liberdade total finalmente foi alcançada pelos negros no Brasil. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão no Brasil.

<sup>6</sup>A palavra bangüê significa engenho de açúcar.

## 2 A produção da riqueza gerada pela cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas

Os dados coletados em órgãos oficiais como IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e SINDAÇÚCAR - Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool, relacionados à agroindústria açucareira no Brasil e em Alagoas, permitem constatar a importância da cultura da cana na sociedade atual.

Os dados obtidos através do SINDAÇÚCAR (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool) sobre a produção da cana na safra de 2007/2008 evidenciam a importância dessa economia no Estado de Alagoas, conforme tabela abaixo.

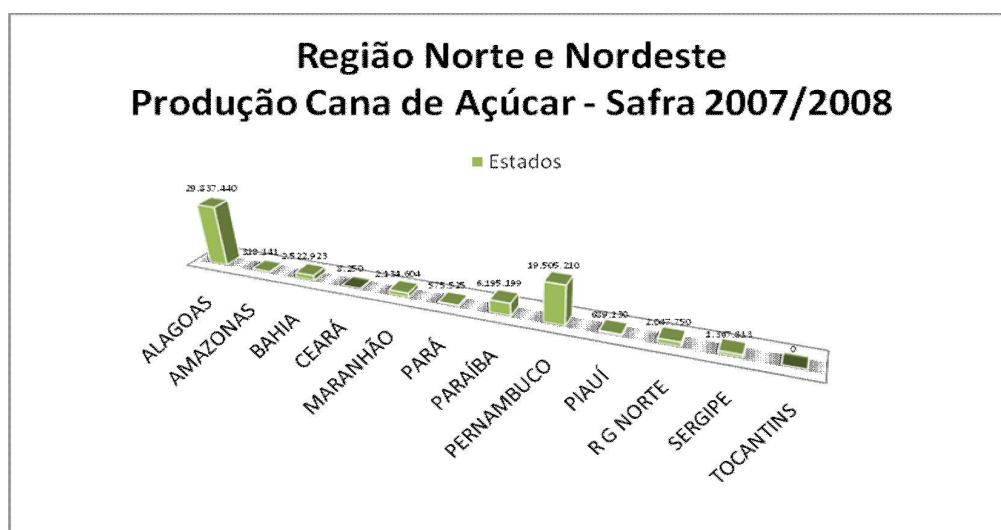
**Tabela 2 – Produção de cana-de-açúcar no Brasil na safra 2007/2008**

<b>ESTADOS</b>	<b>CANA TOTAL (t)</b>
<b>ALAGOAS</b>	<b>29.837.440</b>
AMAZONAS	318.141
BAHIA	2.522.923
CEARÁ	8.250
MARANHÃO	2.134.604
PARÁ	575.525
PARAÍBA	6.195.199
PERNAMBUCO	19.505.210
PIAUI	689.130
R G NORTE	2.047.750
SERGIPE	1.367.813
TOCANTINS	-
<b>REGIÃO NORTE/NORDESTE</b>	<b>65.201.985</b>
<b>ESP. SANTO</b>	3.938.744
<b>GOIÁS</b>	20.823.570
<b>M. GERAIS</b>	36.083.727
<b>M. GROSSO</b>	14.869.063
<b>M. G. SUL</b>	14.563.032
<b>PARANÁ</b>	39.859.044
<b>R. JANEIRO</b>	3.831.649
<b>R. G. SUL</b>	128.980
<b>S. CATARINA</b>	-
<b>SÃO PAULO</b>	297.134.758
<b>REGIÃO CENTRO/SUL</b>	<b>431.232.567</b>

<b>BRASIL</b>	<b>496.434.552</b>
---------------	--------------------

Fonte: SINDAÇÚCAR. Relatório Estatístico. Safra 2007/2008.

Ao organizarmos os dados da tabela acima em forma de gráfico, conforme apresentamos abaixo, podemos concluir que cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) da cana produzida na região Nordeste no período da safra 2007/2008 é originário do Estado de Alagoas e que cerca de 6% (seis por cento) da produção de cana-de-açúcar no Brasil, nesta safra, é oriunda deste Estado.



Fazendo uma análise comparativa entre os Estados nordestinos, constatamos que Alagoas ocupa o 1º (primeiro) lugar no *ranking* da produção de cana e o Estado de Pernambuco ocupa o 2º (segundo) lugar. Em comparação com os Estados da região Centro/Sul, Alagoas perde apenas para São Paulo, que ocupa o primeiro lugar na produção de cana no Brasil, além de Paraná, Minas Gerais e Goiás, conforme o gráfico acima.

Apesar de a agroindústria sucroalcooleira vivenciar um momento de modernização no processo de produção, percebe-se que ela emprega um grande número de trabalhadores, pois, segundo dados divulgados pelo SINDAÇÚCAR, Alagoas concentra um total de 91.000 trabalhadores, sendo que destes, 70.000 constituem os trabalhadores cortadores de cana e os 21.000 restantes compreendem os trabalhadores industriais; no período de safra e no período de entressafra estima-se um total de 42.700 trabalhadores, sendo 25.200 cortadores de cana.

A cana-de-açúcar, segundo dados do IBGE comparativos às safras de 2008 e 2009, apresenta uma estimativa positiva, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

**Tabela 2 - Confronto das Safras de 2008 e 2009 - Brasil - novembro 2009**

Produtos Agrícolas	Produção (t)		
	Obtida Safr a 2008	Esperada Safr a 2009	Varição %
Algodão herbáceo (em caroço)	3 971 090	2 943 816	-25,9
Amendoim (em casca) - Total	296 600	295 640	-0,3
Amendoim (em casca) 1ª safra	256 879	248 094	-3,4
Amendoim (em casca) 2ª safra	39 721	47 546	19,7
Arroz (em casca)	12 100 946	12 604 054	4,2
Aveia (em grão)	232 175	276 740	19,2
Batata-inglesa - Total	3 676 046	3 438 753	-6,5
Batata-inglesa 1ª safra	1 613 364	1 485 748	-7,9
Batata-inglesa 2ª safra	1 313 275	1 169 393	-11,0
Batata-inglesa 3ª safra	749 407	783 612	4,6
Cacau (em amêndoa)	208 537	212 434	1,9
Café (beneficiado)	2 790 858	2 416 823	-13,4
<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>648 973 981</b>	<b>694 253 525</b>	<b>7,0</b>
Cebola	1 299 815	1 351 986	4,0
Cevada (em grão)	236 911	239 711	1,2
Feijão (em grão) - Total	3 460 067	3 512 904	1,5
Feijão (em grão) 1ª safra	1 641 764	1 650 818	0,6
Feijão (em grão) 2ª safra	1 399 590	1 455 066	4,0
Feijão (em grão) 3ª safra	418 713	407 020	-2,8
Laranja	18 394 719	18 360 766	-0,2
Mamona	120 499	88 238	-26,8
Mandioca	26 336 652	26 218 953	-0,4
Milho (em grão) - Total	59 011 703	51 030 726	-13,5
Milho (em grão) 1ª safra	39 962 138	33 824 407	-15,4
Milho (em grão) 2ª safra	19 049 565	17 206 319	-9,7
Soja (em grão)	59 916 830	57 032 468	-4,8
Sorgo (em grão)	1 965 865	1 862 676	-5,2
Trigo (em grão)	5 886 009	5 097 836	-13,4
Triticale (em grão)	184 602	168 154	-8,9

Fonte: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - GCEA/IBGE, DPE, COAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, novembro de 2009.

A cana-de-açúcar indica 7% (sete por cento) de crescimento comparado ao ano anterior (2007) como resultado da abertura de novos mercados, conforme o IBGE:

Para a cana a expansão se intensificou nos últimos 5 anos, visando à produção de combustível alternativo, face aos altos preços alcançados pelo petróleo. Com a crise internacional instalada em meados do segundo semestre de 2008 houve uma retração, não se observando no corrente ano os altos níveis de crescimento que vinham sendo constatados, inclusive com o adiamento de instalação de novas usinas nos principais centros produtores. (IBGE, 2008, p.6).

Com a expansão do mercado da cana percebe-se a necessidade do aumento da produção que antes da modernização desse setor, segundo Andrade (1997), era preciso o aumento do número de engenhos.

Na atualidade constatamos que a elevação da produção de cana influencia cada vez mais a entrada e o avanço tecnológico que possibilita o seu crescimento e uma maior lucratividade. Conforme o referido autor, os engenhos não podiam aumentar muito as suas safras face à dificuldade de transportar em lombo de burros até os portos. O surgimento de usinas rompe com essas barreiras, que traz consigo a introdução de tecnologias, favorecendo o aumento da produção e da lucratividade.

### **3 A escolaridade do cortador de cana**

Ao longo do processo de gênese e desenvolvimento da indústria sucroalcooleira, verifica-se que a força de trabalho tem sido e continua sendo fundamental no processo de produção da riqueza. Na base desse efetivo crescimento econômico encontram-se os trabalhadores cortadores de cana. Contudo, se nos perguntarmos pela inserção desses trabalhadores no processo de educação escolar, constataremos que há um enorme descompasso entre trabalho e educação, pois enquanto a riqueza é gerada pela força de trabalho com o auxílio de processos de modernização da produção, no campo educativo, os trabalhadores do corte da cana sequer tiveram acesso à escola ou se teve, foi de forma muito precária.

Para demonstrar a precariedade da educação ofertada ao cortador de cana, Bertoldo (2008) em seu artigo “A miséria da educação” compartilha a experiência vivida a partir de levantamento feito numa escola localizada em uma cidade no leste alagoano que tem como produção principal o corte de cana-de açúcar. A autora, ao se referir à “escola”, com o termo entre aspas, diz que assim o faz por entender que a única identidade entre esse ambiente e o que se denomina escola é o fato de existirem alunos, professoras e alguns instrumentos de trabalho como quadro de giz, lápis e cadernos. A escola é de taipa e foi construída por alguns alunos; é muito pequena, cabendo apenas 12 mesas acompanhada de 12 bancos, 12 cadeiras sem mesa e dois bancos. Os bancos são muito estreitos e não comportam muito bem as nádegas. Nesta escola a merenda é produzida pelas mulheres que frequentam a escola; a iluminação é inadequada, possuindo somente duas lâmpadas. O que se apreende é uma dificuldade enorme do cortador de cana em conciliar seu longo e degradante trabalho com a escola.

Pesquisa realizada numa usina na Paraíba (PRESTES, 2005) aponta que o processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo nos últimos dois anos renovou os setores das caldeiras, da preparação de cana, do processamento e da destilaria e, com isto, passou a exigir do trabalhador uma maior escolaridade e conhecimento de informática. Como consequência, muitos trabalhadores que ocupavam funções de motorista e atividades na caldeira, por não saberem ler e escrever, tiveram que ser transferidos para outras funções que exigem menos habilidades e conhecimentos para lidar com equipamentos mais simples.

Assim, a introdução de equipamentos modernos e computadorizados mudou os critérios adotados na seleção dos trabalhadores: agora são recrutadas apenas as pessoas jovens, com escolaridade alta e com prática em computação. Para o exercício da função de motorista, por exemplo, segundo a pesquisa, exige-se a carteira de habilitação uma vez que sem ela, a usina não pode transportar a cana pela BR sob pena de ser multada. Caso os tratoristas não saibam ler e escrever, não poderão sequer adquirir uma carteira de habilitação e, com isto, não poderão permanecer naquela ocupação.

O discurso predominante é aquele segundo o qual o processo tecnológico requer um tipo de trabalhador mais escolarizado, pois propicia maior condição de permanência no setor ou até mesmo poder migrar dentro da própria indústria canavieira.

No entanto, se analisarmos a realidade educacional dos trabalhadores do corte da cana, verificaremos um índice muito baixo de escolaridade e analfabetos:

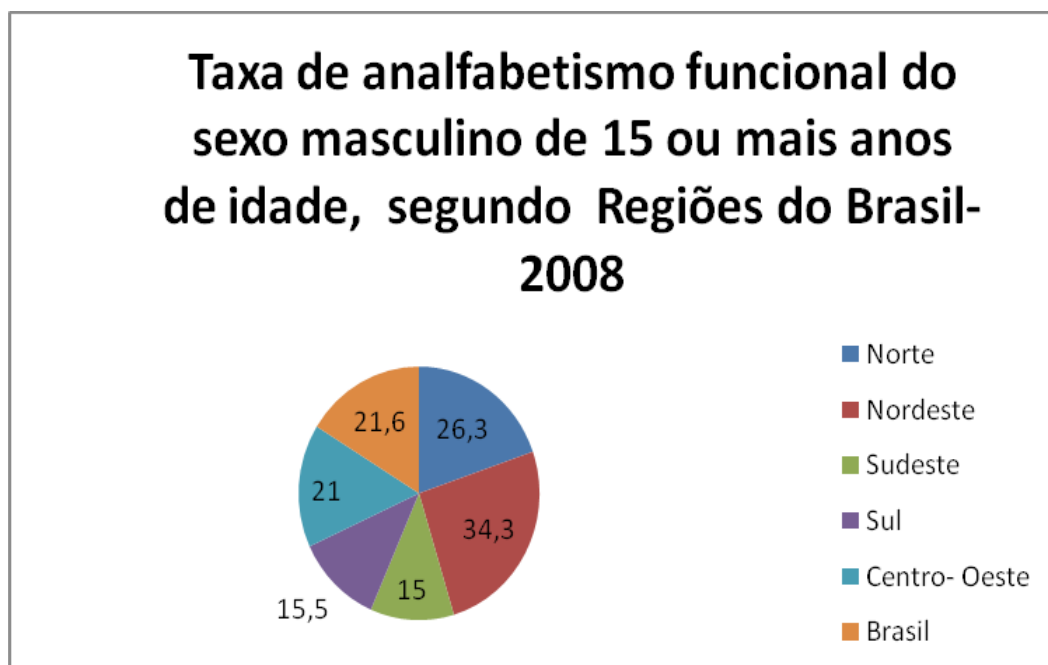
Com relação à escolaridade do cortador de cana, na região Norte-Nordeste, sem constar dados específicos por estados, há 29% de analfabetos e 48% de cortadores de cana com os primeiros quatro anos de estudos incompletos. (RAIS, 2005, apud MORAES, 2007).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) faz um breve comentário da situação educacional do brasileiro em geral:

Os índices de escolaridade em termos de idade, conforme dados da revelam que no Brasil entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, havia cerca de 14,2 milhões de analfabetos, representando uma taxa de analfabetismo estimada em 10,0%. Em 2007, este indicador foi de 10,1%. A taxa de analfabetismo desta faixa etária continuou apontando desigualdades regionais. Na Região Nordeste, este indicador era quase o dobro do nacional. Entretanto, esta região foi a única a apresentar queda expressiva da taxa em relação a 2007, passando de 19,9% para 19,4%. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, grupo em que a criança ou adolescente já deveria estar pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo foi estimada em 2,8%, configurando uma queda de 0,3 pontos percentual em relação a 2007. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a taxa de analfabetismo desta

faixa etária era inferior a 1,5%. Nas Regiões Norte e Nordeste a taxa foi estimada em 3,5% e 5,3%, respectivamente. Em relação à questão de gênero, constatamos que a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 10,2%, enquanto a das mulheres, do mesmo grupo etário, foi de 9,8%. Nas Regiões Sudeste e Sul, as taxas de analfabetismo das mulheres eram sensivelmente superiores às dos homens. A pesquisa propiciou estimar também o indicador aproximado do analfabetismo funcional.<sup>7</sup> A taxa de analfabetismo funcional é representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo incompletos.

Neste comentário, acima citado, o PNAD também traz os dados estatísticos referentes ao analfabetismo funcional de homens e mulheres brasileiras. O gráfico abaixo descreve muito bem esses dados, porém foi feito um recorte, divulgando apenas o sexo masculino por razão de a grande maioria dos cortadores de cana ser do gênero masculino.



Fonte: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2008

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, também, a taxa de analfabetismo de pessoas de 10 ou mais anos de idade, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total de analfabetas, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo - 2007**

<b>Pessoas de 10 anos ou mais de idade (1 000 pessoas)</b>	
--	--

<sup>7</sup> Segundo definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO), funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.

Grupos de idade e sexo	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
		<b>2007</b>				
<b>Total</b>	<b>157 822</b>	<b>11 887</b>	<b>43 404</b>	<b>67 820</b>	<b>23 379</b>	<b>11 331</b>
Homens	76 315	5 857	20 998	32 520	11 359	5 580
Mulheres	81 508	6 030	22 406	35 301	12 021	5 751
<b>10 a 14 anos</b>	<b>17 698</b>	<b>1 731</b>	<b>5 506</b>	<b>6 775</b>	<b>2 412</b>	<b>1 274</b>
Homens	9 103	890	2 792	3 517	1 256	647
Mulheres	8 595	841	2 714	3 258	1 156	627
<b>15 a 17 anos</b>	<b>10 178</b>	<b>960</b>	<b>3 166</b>	<b>3 896</b>	<b>1 408</b>	<b>749</b>
Homens	5 219	483	1 636	1 981	726	392
Mulheres	4 960	477	1 530	1 914	681	356
<b>18 a 24 anos</b>	<b>23 645</b>	<b>2 098</b>	<b>7 199</b>	<b>9 399</b>	<b>3 203</b>	<b>1 745</b>
Homens	11 861	1 025	3 614	4 722	1 616	883
Mulheres	11 784	1 073	3 586	4 677	1 587	862
<b>25 anos ou mais</b>	<b>106 301</b>	<b>7 098</b>	<b>27 533</b>	<b>47 751</b>	<b>16 357</b>	<b>7 563</b>
Homens	50 132	3 459	12 956	22 299	7 760	3 658
Mulheres	56 169	3 639	14 577	25 451	8 597	3 905
<b>Analfabetas</b>	<b>14 687</b>	<b>1 173</b>	<b>7 925</b>	<b>3 590</b>	<b>1 170</b>	<b>828</b>
Homens	7 333	631	4 221	1 555	510	416
Mulheres	7 354	542	3 704	2 035	660	412
<b>10 a 14 anos</b>	<b>552</b>	<b>72</b>	<b>372</b>	<b>64</b>	<b>24</b>	<b>19</b>
Homens	385	48	271	41	13	12
Mulheres	167	24	102	23	11	7
<b>15 a 17 anos</b>	<b>173</b>	<b>15</b>	<b>112</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>5</b>
Homens	117	11	79	21	4	3
Mulheres	56	4	33	11	5	3
<b>18 a 24 anos</b>	<b>579</b>	<b>51</b>	<b>376</b>	<b>102</b>	<b>30</b>	<b>19</b>
Homens	391	36	255	68	20	13
Mulheres	187	15	121	34	11	7
<b>25 anos ou mais</b>	<b>13 384</b>	<b>1 036</b>	<b>7 064</b>	<b>3 391</b>	<b>1 107</b>	<b>785</b>
Homens	6 440	536	3 616	1 426	473	388
Mulheres	6 944	500	3 448	1 966	634	396
		<b>2008</b>				
<b>Total</b>	<b>160 561</b>	<b>12 231</b>	<b>44 124</b>	<b>68 919</b>	<b>23 710</b>	<b>11 578</b>
Homens	77 495	6 076	21 345	32 926	11 464	5 684
Mulheres	83 066	6 154	22 778	35 993	12 246	5 894
<b>10 a 14 anos</b>	<b>17 562</b>	<b>1 714</b>	<b>5 484</b>	<b>6 614</b>	<b>2 439</b>	<b>1 310</b>
Homens	8 958	866	2 796	3 374	1 226	696
Mulheres	8 605	848	2 688	3 241	1 214	614
<b>15 a 17 anos</b>	<b>10 290</b>	<b>987</b>	<b>3 165</b>	<b>3 953</b>	<b>1 429</b>	<b>756</b>
Homens	5 300	498	1 638	2 033	730	401
Mulheres	4 990	489	1 528	1 920	699	355
<b>18 a 24 anos</b>	<b>23 242</b>	<b>2 030</b>	<b>7 057</b>	<b>9 328</b>	<b>3 141</b>	<b>1 685</b>
Homens	11 768	1 025	3 552	4 728	1 607	856
Mulheres	11 474	1 005	3 505	4 600	1 535	829
<b>25 anos ou mais</b>	<b>109 467</b>	<b>7 500</b>	<b>28 417</b>	<b>49 024</b>	<b>16 700</b>	<b>7 826</b>
Homens	51 470	3 687	13 360	22 791	7 901	3 730

Mulheres	57 997	3 812	15 058	26 232	8 799	4 096
<b>Analfabetas</b>	14 736	<b>1 189</b>	7 791	<b>3 706</b>	<b>1 191</b>	<b>859</b>
Homens	7 301	622	4 116	1 605	533	425
Mulheres	7 435	567	3 675	2 101	658	434
<b>10 a 14 anos</b>	<b>488</b>	<b>61</b>	<b>291</b>	<b>86</b>	<b>32</b>	<b>19</b>
Homens	336	37	209	54	21	14
Mulheres	152	23	82	32	10	5
<b>15 a 17 anos</b>	<b>174</b>	<b>17</b>	<b>108</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Homens	114	12	72	15	7	8
Mulheres	59	5	36	11	5	2
<b>18 a 24 anos</b>	<b>549</b>	<b>60</b>	<b>335</b>	<b>102</b>	<b>33</b>	<b>19</b>
Homens	367	40	225	65	23	13
Mulheres	183	20	110	37	10	6
<b>25 anos ou mais</b>	<b>13 524</b>	<b>1 052</b>	<b>7 057</b>	<b>3 491</b>	<b>1 115</b>	<b>810</b>
Homens	6 484	532	3 610	1 470	482	389
Mulheres	7 041	520	3 447	2 021	633	421

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

De acordo com a tabela 3 pode-se inferir que em 2007 o Brasil possuía um número de 157 822 analfabetos, dos quais 76 315 são homens e 81 508 mulheres, sendo que 43 404 se concentravam no Nordeste; 67 820, que é o maior número de todas as regiões, no Sudeste; 23 379 no Sudeste; 11 887 no Norte e 11 331 no Centro-Oeste.

Não foram constatados outros dados estatísticos mais específicos ou mais claros a respeito da escolarização dos cortadores de cana. Porém, entre os dados encontrados consideramos que os baixos índices de escolaridade dos agricultores e, entre esses, dos cortadores de cana, decorrem também das poucas ou inexistentes legislações de educação para com esse público.

A educação no campo se deu historicamente de forma precária, quando se deu. Segundo Soares (2002), as primeiras constituições brasileiras, elaboradas pelo Estado brasileiro essencialmente agrário marcado pelo latifúndio, não consideraram a educação no campo. Paulatinamente, a educação no campo passou a ser contemplada pelas legislações, mas com o objetivo de qualificação mínima dos trabalhadores.

Conforme a análise de Santos (2009, p. 65),

As limitações da legislação da educação no campo perpassam as perspectivas do fortalecimento e da qualidade produtivista do capital, além da lógica de cooptação dos anseios sociais na formulação e execução dessas leis. Todo esse processo está inserido dentro da lógica de atuação do Estado em favor do capital.

Compreendemos diante dessa afirmação que as poucas legislações voltadas para a educação no campo surgem para atender demandas específicas do capital. Elas não privilegiam a formação do ser humano, mesmo quando estão contemplados os anseios dos movimentos sociais.

Com isso, e diante da ausência de relatos históricos a respeito da atuação da agroindústria canavieira em prol da escolarização de cortadores de cana, como alguns poucos setores da agroindústria e do Estado já promoveram, compreendemos que essa agroindústria canavieira atua e atuará também em consonância com o capital. Isso se dará na medida em que ela não promoverá uma qualificação da qual não irá se beneficiar, no que toca a sua expansão e acumulação, pelo fato de que sua modernização poderá agregar os poucos cortadores de cana escolarizados, ou inclusive trabalhadores escolarizados que não tenham sido cortadores de cana.

### **Considerações finais**

Após a exposição e análise dos dados sobre o processo de reestruturação produtiva e a escolaridade do trabalhador cortador de cana, concluímos que este apresenta percentuais de baixa ou inexistente escolaridade. Verificando o resultado da produtividade destes trabalhadores, constatamos que é enorme a riqueza gerada por esta classe de trabalhadores, o que evidencia o quanto esta é preterida pelo capital, uma vez que não usufrui sequer das possibilidades de escolarização.

Santos (2009), fazendo referência ao caso específico dos cortadores de cana, entende que aqueles que não estudaram não o fizeram porque em geral a agroindústria canavieira não tem interesse na escolarização destes trabalhadores.

A partir dessa e das demais constatações feitas por esta pesquisa, compreendemos que a escolarização dos cortadores de cana da agroindústria canavieira não é de interesse do capital diante dos processos modernos de intensificação do trabalho, da existência de um exército de reserva em busca de emprego e o elevado índice de desemprego. É possível para o capital continuar obtendo seus lucros, até quando for necessário, através do trabalho daqueles que, embora produzam muita riqueza, dela não se apropria sequer, para a sua reprodução histórico-social, para usarmos um termo de Netto e Braz (2007, p. 104), a exemplo da educação.

No que diz respeito ao Estado, a pesquisa de Santos (2009) demonstra que não há por parte do Estado a preocupação com a criação de legislações e a viabilização de

recursos para incluir os cortadores de cana como público constituinte da educação no campo como um todo.

A agroindústria canavieira evoluiu durante séculos e ainda continua evoluindo. Mas a massa de cortadores de cana tanto não acompanhou essa evolução quanto tende a desaparecer diante da atual modernização.

O processo de modernização tem se dado sem beneficiar aqueles que de fato geraram a riqueza social. Na verdade, a riqueza socialmente criada historicamente tem sido acumulada e voltada somente para a expansão e reestruturação produtiva, concentrada por e para poucos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias de Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió, EDUFAL, 1997.

BERTOLDO, Edna. A miséria da educação. **Jornal Voz das Comunidades**, Brasil, novembro de 2008.

IBGE. **Pesquisa Industrial**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 de dez. 2009.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

MANIGLIA, Elisabete. **O Trabalho Rural sob a ótica do Direito Agrário: Uma opção ao desemprego no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, Franca: 2000.

MORAES, M. A. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 37(4): 875-902, out-dez, 2007

PNAD. **Síntese de indicadores**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/.../pnad2004/default.shtm>> . Acesso em:08 de dez.2009

PRESTES, Emília Maria da. **Os novos desafios da educação de jovens e adultos: a educação e trabalho dos cortadores de cana no contexto da reestruturação produtiva**.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt18/gt18361int.doc.>> Acesso em: 20 de jul. de 2008.

SANTOS, Antônio César de Holanda. **Expropriação do trabalho e escolarização do cortador de cana em Alagoas.** Maceió, 2009. Dissertação (mestrado em educação)- Centro de educação, Universidade Federal de Alagoas.

SILVA, Jane Marinho da; SILVA, Maria Fernanda da. **A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana:** algumas considerações. 2009. 67 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

SINDAÇÚCAR-AL. **Geração de empregos diretos.** Disponível em: <http://www.sindacucaral.com.br/www/gerempregdiret.htm>. Acesso em: 10 de dez.2009.

SOARES, Edla de Araújo Lira. Parecer da resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril.